



**EXTRAÇÃO, TRANSPORTE E ENCAMINHAMENTO A DESTINO
FINAL DAS LAMAS PRODUZIDAS NAS ETAR'S COMPACTAS E
FOSSAS SÉPTICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA
PESQUEIRA, RECOLHA E TRANSPORTE DE ÁGUAS
RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE FOSSAS SÉPTICAS
PARTICULARES DO CONCELHO**

CADERNO DE ENCARGOS

dezembro 2022



ÍNDICE GERAL:

1 - CLÁUSULAS JURÍDICAS

2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



1 - CLÁUSULAS JURÍDICAS



CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a Objeto

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **extração, transporte e encaminhamento a destino final das lamas produzidas nas ETAR's compactas do Município de São João da Pesqueira, recolha e transporte de águas residuais domésticas de fossas sépticas particulares do Concelho, com o CPV 90513000-6 (Serviços de tratamento e eliminação de resíduos não perigosos).**

2 – Este procedimento consubstancia-se em duas vertentes com a seguinte designação:

- a) Extração, transporte e encaminhamento a destino final das lamas produzidas nas 18 ETAR's compactas do Município de São João da Pesqueira;
- b) Serviços de recolha e transporte de águas residuais domésticas de fossas sépticas particulares do Concelho.

Cláusula 2.^a Preço base

1 – O preço base do presente procedimento é de **39.300,00€ (trinta e nove mil e trezentos euros)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

2 – O valor referido no número anterior, subdivide-se em duas vertentes, sendo que **31.800,00€** (trinta e um mil e oitocentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, dizem respeito aos serviços de extração, transporte e encaminhamento a destino final das lamas produzidas nas ETAR's compactas do Município de São João da Pesqueira, sendo que os restantes **7.500,00€** (sete mil e quinhentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, dizem respeito a serviços de recolha e transporte de águas residuais domésticas de fossas sépticas particulares do Concelho.

Cláusula 3.^a Elementos do Contrato

1 – O Contrato integra os seguintes elementos:

- a) O clausulado contratual;
- b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela entidade adjudicante;



- c) Os esclarecimentos e as retificações que venham a ser efetuados;
- d) O presente caderno de encargos;
- e) A proposta adjudicada, com todos os elementos que a integram;
- f) Os eventuais esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2 – Em caso de divergência entre os elementos referidos nas alíneas b) a f) do número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, doravante designado CCP, e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º do referido Código.

4 – O contrato será obrigatoriamente outorgado pelo representante legal da entidade adjudicante, especificando os direitos e obrigações que assistem a cada uma delas.

Cláusula 4.ª **Prazo de vigência do Contrato**

O contrato inicia a sua produção de efeitos após assinatura de contrato e mantém-se em vigor pelo período de 365 dias.

CAPÍTULO II **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

SECÇÃO I **OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

Cláusula 5.ª **Obrigações do adjudicatário**

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do adjudicatário as seguintes:

- a) Obrigação de prestar o serviço identificado no presente caderno de encargos;

2 – A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª **Encargos Gerais**

1 – Todas as Despesas ou encargos em que o adjudicatário tenha de incorrer para o cumprimento de obrigações emergentes do contrato são da sua exclusiva



responsabilidade e não podem ser reclamados à entidade adjudicante, a menos que outro regime decorra da lei ou do contrato.

2 – Constitui, nomeadamente, responsabilidade do adjudicatário o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato em Portugal ou nos territórios do país ou países do adjudicatário, dos seus subcontratados ou de passagem em transporte.

3 – O disposto no número anterior aplica-se ainda à obtenção de quaisquer autorizações, licenças e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o adjudicatário no âmbito do contrato.

Cláusula 7.º **Conformidade e garantia técnica**

O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de S. João da Pesqueira em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do adjudicatário e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 8.ª **Forma de prestação do serviço**

1 – Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade estimada de 3 (três) em 3 (três) meses a extração, transporte e encaminhamento a destino final das lamas produzidas nas ETAR's compactas do Município de São João da Pesqueira. Fica ainda obrigado a recolher e transportar águas residuais domésticas de fossas sépticas particulares do concelho, sempre que solicitado pelo Município, de 1 a 12 dias úteis por ano (8 horas laborais por dia). O transporte é efetuado para umas das ETAR's do concelho, consoante indicação da empresa AdNorte (n.º 3 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, alterado pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março).

2 – O adjudicatário fica também obrigado a apresentar à entidade adjudicante, após a realização de cada campanha, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

3 – No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em



cada fase de execução do contrato.

4 – Todos os Relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 9.ª

Local de prestação do serviço

Os serviços objeto do presente contrato serão prestados nas instalações e infraestruturas descritas no **Anexo I** e ainda nas fossas sépticas particulares do concelho, consoante necessidade e quando solicitado pelo Município.

Cláusula 10.ª

Objeto do dever de sigilo

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª

Prazo do dever de sigilo

O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 12.ª

Preço contratual

1 – Pela prestação de serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações previstas no contrato, a entidade adjudicante paga ao adjudicatário o valor constante da proposta adjudicada, valor esse que já contém o IVA à taxa legal em vigor.



2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 – O preço a que se refere o número anterior é dividido pelas campanhas da execução do Contrato, nos seguintes termos:

- a) No final de cada campanha de extração de lamas, transporte e encaminhamento ao destino final das lamas produzidas, o adjudicatário faturará à entidade adjudicante o valor correspondente aos serviços prestados;
- b) No final de cada dia solicitado pelo Município (8 horas laborais/dia), de recolha e transporte de águas residuais domésticas de fossas sépticas particulares do concelho.

Cláusula 13.^a **Condições de pagamento**

1 – As quantias devidas pelo Município, nos termos da cláusula anterior, serão pagas no prazo de 60 dias após a receção da respetiva fatura, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 – Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a execução de cada campanha trimestral, e/ou dia de recolha e transporte de águas residuais domésticas de fossas sépticas particulares no concelho.

3 – Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

SECÇÃO III **PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

Cláusula 14.^a **Penalidades contratuais**

1 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de São João da Pesqueira, pode exigir-lhe uma pena pecuniária correspondente a 20% do valor contratual.

2 – No caso de o adjudicatário não cumprir o estipulado no presente caderno de encargos, ou cumprir o mesmo de forma defeituosa, ficará desde logo aberta a possibilidade do Município de São João da Pesqueira aplicar penalidades ao mesmo,



podendo essas penalidades atingir o máximo de 20% do valor contratual, sendo as mesmas comunicadas por meio de comunicação escrita ao adjudicatário.

3 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de São João da Pesqueira, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

4 – As pessoas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de São João da Pesqueira, exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.^a **Força maior**

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não



devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.^a

Resolução por parte do contraente público

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a. O adjudicatário interromper a extração, transporte e encaminhamento a destino final das lamas produzidas nas ETAR's Compactas do Município de São João da Pesqueira, sem que tal esteja previsto no seu programa ou sem motivo de força maior devidamente legalizado ou aceite pela entidade adjudicante;
- b. O adjudicatário sonegar, distorcer ou por qualquer modo, alterar dolosamente informações respeitantes às características das águas residuais afluentes e/ou dos efluentes tratados das lamas biológicas;
- c. O adjudicatário demonstrar, sistematicamente, negligência no cumprimento das suas obrigações no respeitante à extração, transporte e o encaminhamento a destino final das lamas biológicas produzidas;
- d. Forem sistematicamente desrespeitadas pelo adjudicatário as indicações e recomendações feitas pela fiscalização, no que respeita à extração, transporte e encaminhamento a destino final das lamas produzidas nas ETAR's Compactas do Município de São João da Pesqueira.

Cláusula 17.^a

Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.



CAPÍTULO IV CAUÇÃO

Cláusula 18.^a Caução

Para a execução do contrato não é exigível caução, conforme disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, nem será realizada a retenção referida no n.º 3 do mesmo artigo.

Cláusula 19.^a Subcontratação

A responsabilidade pela correta prestação do fornecimento incluído no Contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do Adjudicatário e só dele, não reconhecendo a Entidade Adjudicante, senão para os efeitos indicados na Lei ou neste Caderno de Encargos, a existência de quaisquer subadjudicatários ou tarefeiros que trabalhem por conta do Adjudicatário.

CAPÍTULO V SEGUROS

Cláusula 20.º Seguros

- 1 – O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o pessoal afeto aos serviços, sendo da sua conta os encargos que daí resultem.
- 2 – A entidade adjudicante não se responsabilizará por danos sofridos pelo pessoal do adjudicatário, quer se trate de doenças profissionais ou resultantes de acidentes de trabalho.
- 3 – O adjudicatário obriga-se a segurar os meios de transporte terrestre e os veículos utilizados pelo seu pessoal no desenvolvimento do trabalho, bem como todo o pessoal nele transportado.
- 4 – A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias.

Cláusula 21.^a Outros Encargos

Fica da exclusiva responsabilidade do adjudicatário o pagamento de qualquer coima aplicada à entidade adjudicante pela má execução dos serviços de extração, transporte e encaminhamento a destino final das lamas produzidas nas ETAR's compactas do Município de São João da Pesqueira e Fossas Sépticas particulares do concelho.



CAPÍTULO VI RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 22.^a Foro Competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia de qualquer outro.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 23.^a Notificações e comunicações

- 1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos previstos no contrato.
- 2 – Qualquer alteração dos elementos de contacto das partes indicado no contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.^a Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados e não se suspendendo nem interrompendo em férias judiciais.

Cláusula 25.^a Lei aplicável

O Contrato é regido pela lei portuguesa e, em particular, pelo CCP, que se aplica em toda a matéria omissa no presente clausulado.



2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



Cláusula 1.ª

Local e Âmbito dos Serviços a Prestar

- 1 – A recolha referida no presente caderno de encargos é efetuada em todo o concelho de São João da Pesqueira.
- 2 – Remete-se para o adjudicatário a atribuição da responsabilidade por todo o processo de gestão e encaminhamento, o destino final adequado, dos resíduos produzidos, cumprindo integralmente os requisitos legais aplicáveis, no que se refere aos serviços de limpeza (campanhas), transporte e tratamento das lamas produzidas nas 18 ETAR's compactas do Município de São João da Pesqueira.
- 3 – Fica á responsabilidade do Município o pedido de autorização para descarga das águas residuais domésticas nas instalações adequadas ao tratamento, do efluente bruto proveniente de fossas sépticas particulares do Concelho.

Cláusula 2.ª

Discriminação das tarefas a desenvolver pelo Adjudicatário

O Adjudicatário obriga-se a desenvolver as seguintes tarefas:

- a) Recolher, transportar e tratar as lamas de acordo com as necessidades de cada infraestrutura;
- b) Carregamento na hora para trator com hidroaspirador (quando necessário) e posteriormente para camião com hidroaspirador;
- c) Transporte de resíduos efetuado em conformidade com o disposto na legislação em vigor;
- d) Fornecer toda e qualquer documentação necessária para demonstrar o cumprimento dos requisitos legais exigidos para a operação;
- e) Proceder ao correto preenchimento das e-GAR;
- f) Proceder ao correto e legal encaminhamento a destino final dos resíduos recolhidos;
- g) Nas campanhas de recolha de lamas das ETAR's compactas pertencas do Município, a quantidade máxima é de 600 (seiscentas) toneladas, subdividida em 4 (quatro) campanhas de extração de lamas (trimestral), cada uma com 150 (cento e cinquenta) toneladas;
- h) O número total de dias indicados para o serviço de recolha de águas residuais domésticas nas fossas sépticas particulares do Concelho, devem ser consideradas como mero indicador de previsão. O Município de São João da Pesqueira não garante que seja adquirida a totalidade dos dias indicados.



Cláusula 3.^a
Operação

- 1 – As recolhas prioritárias serão comunicadas pelo Município, tal como os boletins com caracterização dos resíduos a transportar.
- 2 – As recolhas são efetuadas em dias úteis no período entre as 08:00h e as 18:00h.

Cláusula 4.^a
Gestão de resíduos e lamas

- 1 – O transporte e encaminhamento a destino final das lamas biológicas produzidas nas 18 ETAR's compactas do Município de São João da Pesqueira será assegurado pelo adjudicatário.
- 2 – As lamas em excesso removidas nas 18 ETAR's compactas serão transportadas para destino final devidamente licenciado, sendo os respetivos encargos da responsabilidade da entidade adjudicante.
- 3 – O adjudicatário desenvolverá ainda todas as tarefas inerentes à extração, ao tratamento e destino final apropriado dos demais resíduos produzidos nos sistemas, devendo os mesmos serem conformes com a legislação nacional e comunitária em vigor.
- 4 – Todas as entidades intervenientes, na gestão e ao destino final, devem ser licenciadas para o efeito pelas entidades com competência para tal, no quadro legal português ou comunitário.

Cláusula 5.^a
Meios Humanos

Todos os recursos humanos afetos à prestação do serviço objeto do presente caderno de encargos devem ter formação adequada para a realização do trabalho.

Cláusula 6.^a
Meios Técnicos

O adjudicatário obriga-se a afetar à prestação de serviços os meios técnicos necessários à boa execução do serviço, designadamente viaturas, equipamentos, comunicação, informática, mobiliário, amostradores, máquinas, ferramentas, equipamentos de limpeza, equipamento de inspeção, equipamento de proteção, higiene e segurança, equipamento elétrico, de armazém, oficina, peças de reserva e outros que achar convenientes para a perfeita extração, transporte e encaminhamento a destino final das lamas biológicas.



Cláusula 7.^a
Plano de Higiene e Segurança

O transporte dos resíduos terá de ser efetuado com recurso a equipamentos em boas condições de limpeza, funcionamento e manutenção, para evitar incidentes ou acidentes com consequências ambientais ou de higiene e segurança, tais como acidentes rodoviários, derrames ou libertação de odores e poeiras.



Anexo I

Locais da Prestação de Serviços

- ETAR de Castanheiro do Sul;
- ETAR de Espinhosa;
- ETAR de Nagoselo do Douro;
- ETAR de Espinho;
- ETAR de S. Xisto;
- ETAR de Vale de Figueira;
- ETAR de Vale de Vila;
- ETAR de Vilarouco;
- ETAR de Valongo dos Azeites;
- ETAR de Pereiros;
- ETAR de Vidigal;
- ETAR de Soutelo do Douro;
- ETAR de Vale de Penela;
- ETAR de Várzea de Trevões;
- ETAR de Riodades;
- ETAR de Sarzedinho;
- ETAR de Ôlas.
- ETAR de Casais do Douro.

Recolha e transporte de águas residuais domésticas nas **Fossas Séticas Particulares**
(n.º 3 do art.º 59.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, alterado pela Lei
n.º 12/2014, de 06 de março):

- 12 dias/ano (8horas laborais), não significa que se executem na totalidade.